

**Número 33****Março/2016**

Este Boletim contém informações sintéticas de decisões proferidas pelos Colegiados do TCU, relativas à área de Pessoal, que receberam indicação de relevância sob o prisma jurisprudencial no período acima indicado. O objetivo é facilitar ao interessado o acompanhamento dos acórdãos mais importantes do Tribunal na área. Para aprofundamento, o leitor pode acessar o inteiro teor das deliberações por meio dos links disponíveis. As informações aqui apresentadas não são repositórios oficiais de jurisprudência.

[Acórdão 448/2016 Plenário](#) (Consulta, Relator Ministro Raimundo Carreiro)

Aposentadoria. Vantagem opção. Requisito. Marco temporal. Cargo em comissão. Função de confiança. Consulta.

Pode ser computado, para efeito dos requisitos temporais previstos no [art. 193](#), caput, da Lei 8.112/1990, o tempo de exercício em função comissionada ou cargo em comissão prestado na Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, por não detentor de cargo efetivo regido pela [Lei 8.112/1990](#) (aí incluídos ex-empregados de empresas públicas ou sociedades de economia mista federais cedidos ou ex-ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança sem vínculo efetivo), desde que o servidor tenha sido investido em cargo público efetivo regido pela Lei 8.112/1990 até 22/09/1993, véspera da publicação do [Decreto 935/1993](#), que regulamentou a [Lei 8.647/1993](#), a qual, por sua vez, vinculou os ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), regulado pela [Lei 8.213/1991](#).

[Acórdão 585/2016 Plenário](#) (Representação, Relator Ministro Raimundo Carreiro)

Remuneração. Magistrado. Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição. Subsídio. Compatibilidade.

A Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição (GECJ), criada pelas Leis [13.093/2015](#), [13.094/2015](#), [13.095/2015](#) e [13.096/2015](#), não é incompatível com a remuneração por subsídio mensal dos magistrados, mas a soma da gratificação e do subsídio não pode ultrapassar o teto constitucional.

[Acórdão 603/2016 Plenário](#) (Monitoramento, Relator Ministro Vital do Rêgo)

Acumulação de cargo público. Licença para tratamento de saúde. Medida administrativa.

O fato de o servidor estar em licença para tratamento de saúde (arts. 202 a 206-A da [Lei 8.112/1990](#)) não ocasiona a suspensão das medidas administrativas a serem adotadas diante da acumulação irregular de cargos públicos.

[Acórdão 603/2016 Plenário](#) (Monitoramento, Relator Ministro Vital do Rêgo)

Acumulação de cargo público. Assistente social. Requisito. Assistência à saúde.

É lícita a acumulação de cargos de assistente social quando exercidos em instituição de saúde, apesar de não serem privativos da área de saúde, com fundamento no [art. 37](#), [inciso XVI](#), [alínea c](#), da Constituição Federal.

[Acórdão 717/2016 Plenário](#) (Administrativo, Relator Ministro Vital do Rêgo)

Aposentadoria por invalidez. Paridade. Aposentadoria voluntária. Proventos proporcionais. Proventos integrais.

A regra da paridade das aposentadorias e pensões com a remuneração dos servidores ativos, prevista na [EC 70/2012](#), é dirigida, de forma específica, aos aposentados por invalidez permanente, com fundamento no [art. 40](#), [§ 1º](#), [inciso I](#), da Constituição Federal. Ela não se aplica aos aposentados voluntariamente, com proventos proporcionais, que obtiveram a posterior integralização dos proventos em decorrência do acometimento de moléstia, na forma do [art. 190](#) da Lei 8.112/1990.

[Acórdão 1934/2016 Primeira Câmara](#) (Pedido de Reexame, Relator Ministro José Múcio Monteiro)

Tempo de serviço. Carreira. Soma. Cargo. Concurso público.



Para o cumprimento do requisito de tempo mínimo de carreira para fins de aposentadoria, não se admite a soma dos tempos de serviço prestados em cargos cujas investiduras requeiram aprovação em concursos públicos distintos.

Acórdão 1952/2016 Primeira Câmara (Aposentadoria, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues)

Aposentadoria especial. Policial. Tempo ficto. Insalubridade.

É vedado o cômputo de tempo ficto decorrente de trabalho em atividade insalubre para fins de concessão da aposentadoria especial prevista na **LC 51/1985**, pois a contagem de tempo com aplicação do fator de conversão objetiva converter tempo de serviço prestado em condições especiais em tempo de serviço comum, para fins de concessão da aposentadoria comum.

Acórdão 2064/2016 Primeira Câmara (Pedido de Reexame, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues)

Aposentadoria especial. Professor. Requisito. Educação infantil. Ensino fundamental. Ensino médio.

O benefício da aposentadoria especial, previsto no **art. 40, § 5º**, da Constituição Federal, é concedido exclusivamente aos docentes no efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

Acórdão 2761/2016 Segunda Câmara (Aposentadoria, Relator Ministro Vital do Rêgo)

Tempo de serviço. Aluno-aprendiz. Requisito. Marco temporal.

Para aposentadorias concedidas antes da prolação do **Acórdão 2.024/2005 Plenário**, aplicam-se os requisitos básicos previstos na **Súmula 96** do TCU (contagem de tempo de serviço de aluno-aprendiz). Às aposentadorias concedidas após a prolação do acórdão, aplicam-se as condições mais restritivas ao atendimento da súmula, nele definidas.

Acórdão 3296/2016 Segunda Câmara (Prestação de Contas, Relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer)

Remuneração. Empregado público. Hora extra. Supressão. VPNI. CLT.

É irregular a incorporação dos valores de horas extras como VPNI, de natureza permanente, a título compensatório da supressão do trabalho extraordinário habitual de empregados regidos pela CLT, pois a **Súmula 291** do TST confere direito a única indenização, calculada segundo os critérios nela estipulados.

Acórdão 3499/2016 Segunda Câmara (Embargos de Declaração, Relator Ministro Vital do Rêgo)

Aposentadoria especial. Policial. Tempo ficto.

É ilegal a contagem de tempo ficto de serviço prestado sob a égide da **Lei 3.313/1957** proporcional ao aumento do tempo de serviço para aposentadoria implementado pela **LC 51/1985**.

Acórdão 3616/2016 Segunda Câmara (Aposentadoria, Relator Ministro Vital do Rêgo)

Tempo de serviço. Aluno. Escola militar. Aluno-aprendiz. Serviço militar.

O período de graduação na condição de optante pela carreira militar, vinculado ao Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), é considerado de efetivo serviço militar, sendo válido para fins previdenciários. Já o período de graduação na condição de aluno civil, vinculado àquele instituto, não pode ser considerado de efetivo serviço, nem se confunde com tempo prestado na condição de aluno-aprendiz, já que o aluno não realiza execução de encomendas em troca de compensação pecuniária, razão pela qual não pode ser computado para fins de concessão de aposentadoria.

Elaboração: Diretoria de Jurisprudência - Secretaria das Sessões

Contato: infojuris@tcu.gov.br